

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
----------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	670.852	650.665
1.01	Ativo Circulante	324.943	303.339
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.266	86.191
1.01.03	Contas a Receber	111.558	91.916
1.01.03.01	Clientes	106.089	85.969
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.469	5.947
1.01.03.02.01	Outros créditos	5.469	5.947
1.01.04	Estoques	115.063	91.895
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.301	29.771
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.301	29.771
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições	40.301	29.771
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.773	2.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.982	690
1.01.08.03	Outros	2.982	690
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	2.982	690
1.02	Ativo Não Circulante	345.909	347.326
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.264	56.737
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.625	4.159
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	3.625	4.159
1.02.01.03	Contas a Receber	6.209	5.395
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.209	5.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.558	27.650
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.558	27.650
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.520	3.903
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	2.520	3.903
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.352	15.630
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	915	915
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a compensar	7.599	9.774
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	7.838	4.941
1.02.02	Investimentos	57.356	57.644
1.02.02.01	Participações Societárias	33.956	34.244
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	27.493	27.781
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	23.400	23.400
1.02.03	Imobilizado	220.191	217.100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	193.149	189.251
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	27.042	27.849
1.02.04	Intangível	12.098	15.845
1.02.04.01	Intangíveis	12.098	15.845

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	670.852	650.665
2.01	Passivo Circulante	171.511	153.842
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.947	16.867
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.548	4.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.399	12.645
2.01.02	Fornecedores	43.727	41.154
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.766	40.876
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.961	278
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.974	16.325
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.061	2.238
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.795	128
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	2.266	2.110
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.546	13.874
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	367	213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.572	41.743
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.227	41.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.941	41.417
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.286	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	345	326
2.01.05	Outras Obrigações	33.291	37.753
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.852	4.665
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.852	4.665
2.01.05.02	Outros	28.439	33.088
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	0
2.01.05.02.04	Verbas diretas	3.443	2.919
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	8.748	7.056
2.01.05.02.06	Adiantamentos diversos	1.200	1.200
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	15.047	21.913
2.02	Passivo Não Circulante	152.008	170.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	108.560	127.861
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	96.463	115.502
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	51.586	115.502
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	44.877	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.097	12.359
2.02.02	Outras Obrigações	17.480	17.433
2.02.02.02	Outros	17.480	17.433
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	8.364	8.646
2.02.02.02.04	Contas e serviços a pagar	9.116	8.787
2.02.03	Tributos Diferidos	18.172	14.942
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.172	14.942
2.02.04	Provisões	7.796	10.711
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.796	10.711
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.975	5.389
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.960	4.187
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	861	1.135
2.03	Patrimônio Líquido	347.333	325.876

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	102.831	102.831
2.03.04.01	Reserva Legal	8.169	8.169
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	94.662	94.662
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.458	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.570	24.571

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	305.168	870.548	303.122	904.265
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-204.148	-574.857	-210.591	-627.163
3.03	Resultado Bruto	101.020	295.691	92.531	277.102
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-86.576	-258.363	-81.857	-249.348
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.885	-164.468	-54.199	-161.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.431	-77.352	-22.514	-69.162
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.765	-17.789	-5.658	-19.986
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.596	-4.986	-1.752	-5.048
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-3.373	-10.035	-3.073	-9.431
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais, líquidas	204	-2.768	-833	-5.507
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	505	1.246	514	1.275
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.444	37.328	10.674	27.754
3.06	Resultado Financeiro	-2.425	-10.544	-4.846	-12.454
3.06.01	Receitas Financeiras	2.600	14.299	7.926	11.957
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.025	-24.843	-12.772	-24.411
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.019	26.784	5.828	15.300
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.362	-5.326	1.191	1.728
3.08.01	Corrente	-1.794	-2.003	728	-176
3.08.02	Diferido	-568	-3.323	463	1.904
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.657	21.458	7.019	17.028
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.657	21.458	7.019	17.028
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	9.657	21.458	7.019	17.028
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.657	21.458	7.019	17.028

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.979	35.732
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.667	46.701
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	21.458	17.028
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	18.649	17.397
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.246	-1.275
6.01.01.04	Resultado do ativo imobilizado baixado	1.342	-354
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	-202	814
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.148	1.023
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	45	449
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	9.449	13.523
6.01.01.10	Constituição de IR e CS Diferidos	3.322	-1.904
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	-1.298	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.688	-10.969
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-19.918	-10.663
6.01.02.02	Estoques	-23.213	-10.881
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-8.355	-3.145
6.01.02.04	Créditos com controladas	1.383	44
6.01.02.05	Aplicações financeiras de longo prazo	689	0
6.01.02.06	Outros créditos	-232	554
6.01.02.07	Fornecedores	2.893	-1.060
6.01.02.08	Tributos a recolher	6.368	-411
6.01.02.09	Salários a pagar	5.081	6.182
6.01.02.10	Débitos com outras partes relacionadas	187	-272
6.01.02.12	Fretes a pagar	1.691	1.023
6.01.02.14	Provisão para contingências	-4.247	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-6.015	7.660
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.120	-14.966
6.02.02	Intangível	-1.293	-1.335
6.02.03	Imobilizado	-18.361	-17.060
6.02.04	Recebimento de dividendos	1.534	1.861
6.02.06	Valor da venda de ativo imobilizado	0	1.568
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.784	-29.161
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	30.840	62.171
6.03.03	Dividendos distribuídos	0	-13.743
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-43.444	-33.707
6.03.05	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-6.797	-11.553
6.03.06	Amortização do principal de instrumentos financeiros derivativos	-2.414	0
6.03.07	Amortização de juros de instrumentos financeiros derivativos	-2.969	0
6.03.08	Amortização do principal de debêntures	0	-29.577
6.03.09	Amortização de juros de debêntures	0	-2.752
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.925	-8.395
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.191	70.809
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.266	62.414

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	390	21.458	-390	21.458
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.458	0	21.458
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	390	0	-390	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	390	0	-390	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	103.221	21.458	24.181	347.334

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-53	17.028	53	17.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.028	0	17.028
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-53	0	53	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	-53	0	53	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	71.661	17.028	26.308	313.471

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	958.391	1.018.410
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	967.163	1.037.798
7.01.02	Outras Receitas	-8.096	-18.592
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-11.757	-18.946
7.01.02.02	Outras receitas	3.661	354
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-676	-796
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-647.244	-703.951
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-490.826	-547.309
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-148.333	-148.720
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.114	-1.378
7.02.04	Outros	-6.971	-6.544
7.03	Valor Adicionado Bruto	311.147	314.459
7.04	Retenções	-18.874	-17.587
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.874	-17.587
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	292.273	296.872
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.545	13.232
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.246	1.275
7.06.02	Receitas Financeiras	14.299	11.957
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	307.818	310.104
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	307.818	310.104
7.08.01	Pessoal	131.259	118.476
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.038	77.212
7.08.01.02	Benefícios	24.902	22.975
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.352	7.307
7.08.01.04	Outros	12.967	10.982
7.08.01.04.01	Honorários da administração	4.986	5.048
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	5.428	3.346
7.08.01.04.03	Outros gastos	2.553	2.588
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	117.196	137.207
7.08.02.01	Federais	57.540	69.542
7.08.02.02	Estaduais	58.063	66.239
7.08.02.03	Municipais	1.593	1.426
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.905	37.393
7.08.03.01	Juros	24.843	24.411
7.08.03.02	Aluguéis	13.062	12.982
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.458	17.028
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.458	17.028

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	655.261	634.684
1.01	Ativo Circulante	325.675	303.947
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	52.732	86.685
1.01.03	Contas a Receber	111.740	91.957
1.01.03.01	Clientes	106.246	85.977
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.494	5.980
1.01.03.02.01	Outros créditos	5.494	5.980
1.01.04	Estoques	115.086	91.918
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.335	29.801
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.335	29.801
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições	40.335	29.801
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.800	2.896
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.982	690
1.01.08.03	Outros	2.982	690
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	2.982	690
1.02	Ativo Não Circulante	329.586	330.737
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	56.287	56.760
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.625	4.159
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	3.625	4.159
1.02.01.03	Contas a Receber	6.232	5.202
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.232	5.202
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.558	27.650
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.558	27.650
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	216
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.520	3.903
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	2.520	3.903
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.352	15.630
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	915	915
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a compensar	7.599	9.774
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	7.838	4.941
1.02.02	Investimentos	23.464	23.464
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	23.400	23.400
1.02.03	Imobilizado	231.338	228.270
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	204.296	200.421
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	27.042	27.849
1.02.04	Intangível	18.497	22.243
1.02.04.01	Intangíveis	18.497	22.243

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	655.261	634.684
2.01	Passivo Circulante	165.552	147.757
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.209	17.012
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.602	4.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.607	12.790
2.01.02	Fornecedores	43.750	41.055
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.789	40.777
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.961	278
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.081	16.384
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.168	2.295
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.860	164
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	2.308	2.131
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.546	13.874
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	367	215
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.227	41.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.227	41.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.941	41.417
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.286	0
2.01.05	Outras Obrigações	27.285	31.889
2.01.05.02	Outros	27.285	31.889
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	0
2.01.05.02.04	Verbas diretas	3.443	2.919
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	8.748	7.056
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	15.093	21.914
2.02	Passivo Não Circulante	142.352	161.028
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	96.463	115.502
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	96.463	115.502
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	51.586	115.502
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	44.877	0
2.02.02	Outras Obrigações	17.480	17.432
2.02.02.02	Outros	17.480	17.432
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	8.364	8.646
2.02.02.02.04	Contas e serviços a pagar	9.116	8.786
2.02.03	Tributos Diferidos	20.613	17.383
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.613	17.383
2.02.04	Provisões	7.796	10.711
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.796	10.711
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.975	5.389
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.960	4.187
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	861	1.135
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	347.357	325.899
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	102.831	102.831
2.03.04.01	Reserva Legal	8.169	8.169
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	94.662	94.662

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.458	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.570	24.571
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	24	23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	305.785	871.675	303.276	904.910
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-204.368	-575.223	-210.278	-626.705
3.03	Resultado Bruto	101.417	296.452	92.998	278.205
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-87.207	-259.992	-82.518	-251.142
3.04.01	Despesas com Vendas	-56.886	-164.469	-54.199	-161.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.509	-77.597	-22.681	-69.693
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.812	-17.926	-5.638	-19.974
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.596	-4.986	-1.752	-5.048
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-3.420	-10.172	-3.073	-9.431
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais, líquidas	204	-2.768	-813	-5.495
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.210	36.460	10.480	27.063
3.06	Resultado Financeiro	-2.082	-9.457	-4.483	-11.338
3.06.01	Receitas Financeiras	2.607	14.316	7.944	11.986
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.689	-23.773	-12.427	-23.324
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.128	27.003	5.997	15.725
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.471	-5.545	1.022	1.303
3.08.01	Corrente	-1.903	-2.222	559	-601
3.08.02	Diferido	-568	-3.323	463	1.904
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.657	21.458	7.019	17.028
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.657	21.458	7.019	17.028
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.657	21.458	7.019	17.028
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.657	21.458	7.019	17.028
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.657	21.458	7.019	17.028
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.657	21.458	7.019	17.028

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.599	37.780
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.291	48.337
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	21.458	17.028
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	18.784	17.534
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado baixado	1.342	-354
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	-202	814
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.148	1.023
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	45	449
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	9.692	13.747
6.01.01.10	Constituição de IR e CS Diferidos	3.322	-1.904
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	-1.298	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.692	-10.557
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-19.948	-10.730
6.01.02.02	Estoques	-23.213	-10.881
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-8.358	-3.151
6.01.02.04	Créditos com controladas	1.383	44
6.01.02.05	Aplicações financeiras de longo prazo	689	0
6.01.02.06	Outros créditos	-231	567
6.01.02.07	Fornecedores	2.896	-991
6.01.02.08	Tributos a recolher	6.416	-453
6.01.02.09	Salários a pagar	5.199	6.309
6.01.02.11	Verbas diretas	0	1.023
6.01.02.12	Fretes a pagar	1.691	0
6.01.02.13	Adiantamentos de clientes	0	7
6.01.02.14	Provisão para contingências	-4.247	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-5.969	7.699
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.767	-16.827
6.02.02	Intangível	-1.293	-1.335
6.02.03	Imobilizado	-18.474	-17.060
6.02.06	Valor da venda de ativo imobilizado	0	1.568
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.784	-29.161
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	30.840	62.171
6.03.03	Dividendos distribuídos	0	-13.743
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-43.444	-33.707
6.03.05	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-6.797	-11.553
6.03.06	Amortização do principal de instrumentos financeiros derivativos	-2.414	0
6.03.07	Amortização de juros de instrumentos financeiros derivativos	-2.969	0
6.03.08	Amortização do principal de debêntures	0	-29.577
6.03.09	Amortização de juros de debêntures	0	-2.752
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.952	-8.208
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.684	71.189
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.732	62.981

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876	24	325.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876	24	325.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	390	21.458	-390	21.458	0	21.458
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.458	0	21.458	0	21.458
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	390	0	-390	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	390	0	-390	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	103.221	21.458	24.181	347.334	24	347.358

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443	24	296.467
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443	24	296.467
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-53	17.028	53	17.028	0	17.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.028	0	17.028	0	17.028
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-53	0	53	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	-53	0	53	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	71.661	17.028	26.308	313.471	24	313.495

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	959.953	1.019.583
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	968.726	1.038.952
7.01.02	Outras Receitas	-8.096	-18.573
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-11.757	-18.946
7.01.02.02	Outras receitas	3.661	373
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-677	-796
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-647.757	-703.780
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-491.192	-546.851
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-148.413	-148.958
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.114	-1.378
7.02.04	Outros	-7.038	-6.593
7.03	Valor Adicionado Bruto	312.196	315.803
7.04	Retenções	-19.011	-17.723
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.011	-17.723
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	293.185	298.080
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.315	11.986
7.06.02	Receitas Financeiras	14.315	11.986
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	307.500	310.066
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	307.500	310.066
7.08.01	Pessoal	131.341	118.545
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.092	77.261
7.08.01.02	Benefícios	24.908	22.982
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.352	7.307
7.08.01.04	Outros	12.989	10.995
7.08.01.04.01	Honorários da administração	4.986	5.048
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	5.427	3.346
7.08.01.04.03	Outros gastos	2.576	2.601
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	117.866	138.143
7.08.02.01	Federais	58.081	70.336
7.08.02.02	Estaduais	58.063	66.239
7.08.02.03	Municipais	1.722	1.568
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.805	36.324
7.08.03.01	Juros	23.743	23.299
7.08.03.02	Aluguéis	13.062	13.025
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.488	17.054
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	30	0
7.08.04.02	Dividendos	0	25
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	21.458	17.029

Comentário do Desempenho

Divulgação dos resultados do terceiro trimestre de 2012

Fortaleza – CE, 7 de novembro de 2012 – A J.Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinhas para uso doméstico e misturas para bolos, divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2012 (3T12). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2011 (3T11), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- O volume de vendas de Consumo no 3T12 somou 168,9 mil toneladas, o que representou crescimento de 2,1% em relação ao mesmo período no ano anterior. Nos 9M12, o volume de vendas de Consumo fechou com crescimento de 0,8 %, somando 488,3 mil toneladas.
- O volume de vendas da categoria Massas aumentou 6,6% no 3T12 e 11,5% nos 9M12 quando comparado aos mesmos períodos no ano anterior.
- Atingimos o Lucro Bruto no 3T12 de R\$ 101,0 milhões, um aumento de 9,2% frente ao mesmo período no ano anterior. Nos 9M12, o lucro bruto somou R\$ 295,7 milhões, apresentando crescimento de 6,7% quando comparados aos 9M11.
- O lucro operacional dos 9M12 somou R\$ 26,8 milhões, 75,2% superior aos R\$ 15,3 milhões realizados nos 9M11.
- O EBITDA acumulado dos últimos 12 meses totalizou R\$ 77,7 milhões, apresentando um crescimento de 47,2% em relação ao mesmo período no ano anterior.
- A margem EBITDA representou 6,5% da Receita Líquida contra 4,4% no mesmo período no ano anterior (+ 2,1 p.p.).
- A dívida líquida foi de R\$ 79,0 milhões, uma queda de 5,3% em relação ao mesmo período em 2011.

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

Os preços internacionais do trigo mantiveram o ciclo de alta iniciado no final de junho, seguindo a alta geral dos preços dos grãos em decorrência da seca que reduziu as safras de soja e milho nos EUA. A alta de 35% nos preços do trigo na Bolsa de Kansas foi sustentada em agosto e setembro pela quebra da safra em importantes regiões produtoras, especialmente Rússia, Ucrânia e Kazaquistão. A menor área de cultivo para a safra 2012/13 na Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil reduziu a previsão de oferta de trigo no Mercosul para o período 2012/13, contribuindo para sustentação dos preços no bloco.

No mercado interno os preços seguiram a tendência de alta. Com o início da colheita no final de agosto no Paraná era esperada maior pressão vendedora e redução nos preços internos, o que neste ano não ocorreu por um conjunto de fatores que deram sustentação aos preços, entre eles: a perspectiva de uma safra brasileira 2012 de 5,0 milhões de toneladas, menor que as 5,8 milhões de toneladas de 2011; um estoque de passagem extremamente baixo; compromissos de exportação de 1,0 milhão de toneladas de trigo brasileiro da safra 2012; e uma taxa de câmbio com dólar acima de R\$ 2,00. O quadro interno de preços sustentados e oferta reduzida deve se manter pelo menos durante todo o primeiro semestre de 2013.

Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços do terceiro trimestre apresentaram o seguinte comportamento: no trigo argentino FOB, valores entre US\$ 285/t e US\$ 340/t e, no trigo nacional paranaense FOT, valores entre R\$ 520/t e R\$ 650/t. O trigo americano tipo "hard" foi cotado entre US\$ 325 a US\$ 370 FOB Golfo do México.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J.Macêdo no 3T12 manteve-se estável em relação à igual período de 2011. As margens ficaram melhores: 28,4% no terceiro trimestre de 2012 em contrapartida 26,7% no terceiro trimestre de 2011.

Nos 9M12, a receita bruta caiu 0,4% quando comparada com 9M11, também impactada pela redução de PIS/COFINS na categoria Massas. As margens foram superiores: 29,7% nos 9M12 em contrapartida 27,9% nos 9M11.

VENDAS

O volume de vendas total atingiu 181,3 mil toneladas no terceiro trimestre de 2012, um volume 1,6% menor que o mesmo período de 2011. Em relação ao volume de Consumo, fechamos o trimestre com 168,9 mil toneladas, 2,1% superior ao terceiro trimestre de 2011. Destacamos os crescimentos nas categorias de Farinhas, Massas e Fermentos, resultados de melhoria na distribuição e no atendimento aos clientes.

Nos 9M12, o volume de Consumo ficou em 488,3 mil toneladas, superior em 0,8% ao mesmo período de 2011, com destaque para o crescimento nas categorias de Massas, Misturas, Sobremesas e Fermentos.

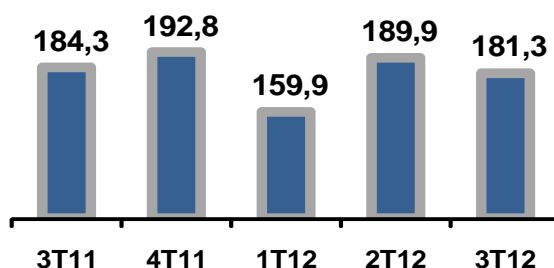
Comentário do Desempenho

A J.Macêdo continua firme na proteção de suas margens, cumprindo seu papel de líder nas categorias de Farinhas e Misturas na gestão de preços.

Toneladas	3T12	3T11	3T12 X 3T11 (%)	9M12	9M11	9M12 X 9M11 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	114.586	111.779	2,5%	327.663	334.258	-2,0%
Massa	38.172	35.798	6,6%	112.592	100.988	11,5%
Mistura para Bolo	10.652	11.230	-5,1%	31.666	31.377	0,9%
Biscoito	4.511	5.605	-19,5%	13.506	15.119	-10,7%
Sobremesa	662	663	-0,2%	1.997	1.910	4,6%
Fermento	326	303	7,6%	914	803	13,8%
Subtotal Consumo	168.909	165.378	2,1%	488.338	484.455	0,8%
Outros	12.406	18.924	-34,4%	42.745	114.630	-62,7%
Total J.Macêdo	181.315	184.302	-1,6%	531.083	599.085	-11,4%

Volume de Vendas

(em toneladas)



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

■ Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas recuou 6,9%, enquanto a participação de mercado da J.Macêdo caiu de 26,6% para 25,4% no ano móvel 2011 vs. 2012 (Ago/Set-11 a Jun/Jul-12).

A categoria de Farinhas Domésticas representou 40,5% da receita bruta do total J. Macêdo Consumo no 3T12. Em relação ao mesmo período de 2011, a receita recuou 0,6%, impactada principalmente pela queda de preço. Comparada ao 2T12, a receita cresceu 5,8%, com melhores volumes. A Companhia continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas e proteção de suas margens.

Comentário do Desempenho

■ Massas:

O volume total do mercado comercializado de Massas recuou 1,9% no ano móvel 2011 vs. 2012 (Set/Out-11 a Jul/Ago-12), segundo a ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 9,8% para 9,6% no mesmo período.

A categoria de Massas representou 32,3% da receita bruta de consumo da Companhia no 3T12.

A receita bruta cresceu 1,7% nos 9M12 comparada ao mesmo período do ano anterior. Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

■ Misturas:

O volume total do mercado comercializado de Misturas para pães e bolos apresentou retração de 4,9% em volume, segundo a ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 34,1% para 31,5% no ano móvel 2011 vs. 2012 (Ago/Set-11 a Jun/Jul-12).

Esta categoria representou 14,7% da receita bruta do total J. Macêdo Consumo no 3T12. A receita recuou 0,5% comparando com o mesmo período de 2011.

■ Outras categorias:

A categoria de Biscoitos, que representou 7,4% da receita bruta de consumo da Companhia no 3T12. Apresentou recuo em receita de 4,0% em relação ao 2T12 e 8,5% frente ao 2T11.

A categoria de Sobremesas representou 3,1% da receita bruta de consumo da Companhia no 3T12. Apresentou aumento em receita de 20,3% em relação ao 2T12 e 25,7% frente ao 2T11.

A categoria de Fermentos, que representou 2,1% da receita bruta de consumo da Companhia no 3T12. Apresentou aumento em receita de 9,6% em relação ao 2T12 e 13,9% frente ao 2T11.

Comentário do Desempenho

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

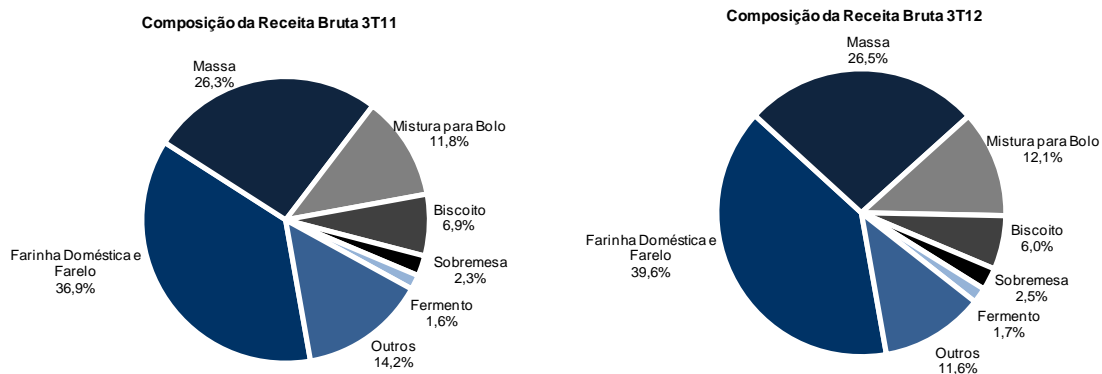
Descrição	3T12	3T11	3T12 X 3T11 (%)	9M12	9M11	9M12 X 9M11 (%)
Receita Bruta	337,5	347,3	-2,8%	967,2	1.037,8	-6,8%
Receita Líquida de Impostos	305,2	303,1	0,7%	870,5	904,3	-3,7%
Lucro Bruto	101,0	92,5	9,2%	295,7	277,1	6,7%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	33,1%	30,5%	2,6 p.p.	34,0%	30,6%	3,4 p.p.
Resultado antes do IR	12,0	5,8	106,9%	26,8	15,3	75,2%
Margem Operacional (%)	3,9%	1,9%	2,0 p.p.	3,1%	1,7%	1,4 p.p.
EBITDA*	77,7	52,8	47,2%	77,7	52,8	47,2%
Margem EBITDA (%)*	6,5%	4,4%	2,1 p.p.	6,5%	4,4%	2,1 p.p.

* 12 últimos meses

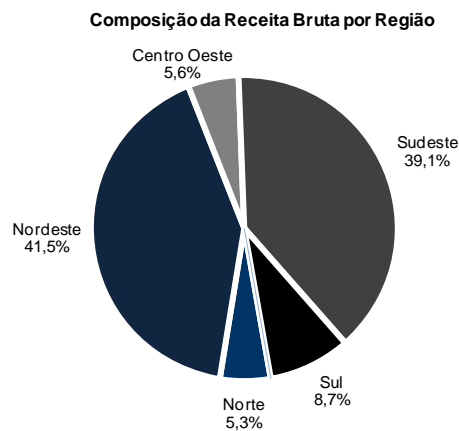
RECEITA BRUTA

A receita bruta no 3T12 totalizou R\$ 337,5 milhões, apresentando decréscimo de 2,8% em relação aos R\$ 347,3 milhões registrados no 3T11.

Os gráficos a seguir ilustram a composição da receita bruta da Companhia nos terceiros trimestres de 2011 e de 2012:

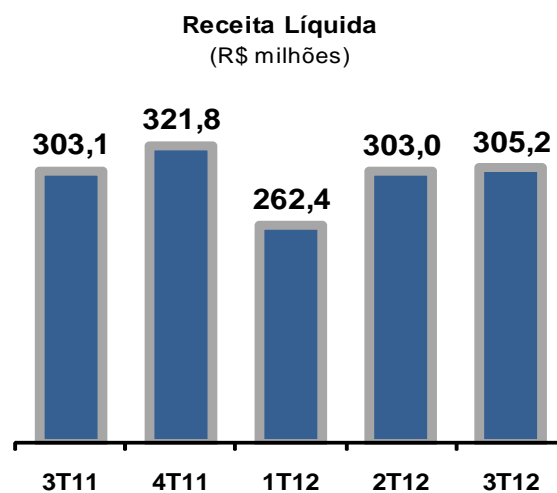


Comentário do Desempenho



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J.Macêdo somou R\$ 305,2 milhões no 3T12, um acréscimo de 0,7% em relação ao mesmo período de 2011.



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 3T12 totalizaram R\$ 204,1 milhões, equivalentes a 66,9% da receita líquida, comparados aos R\$ 210,6 milhões (69,5% da receita líquida) registrados no 3T11.

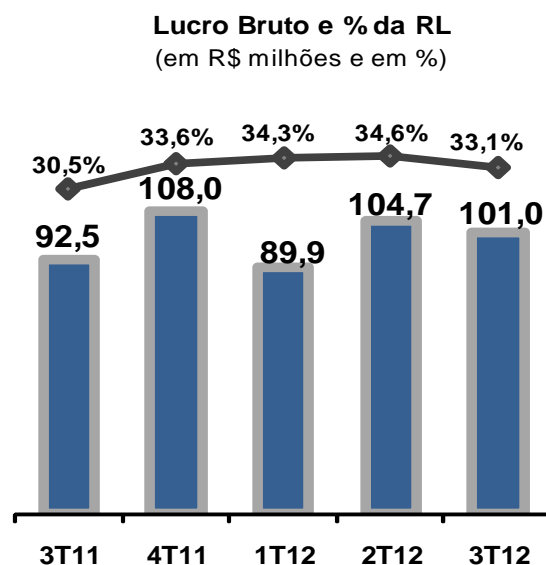
Nos 9M12, os custos de bens e/ou serviços vendidos somaram R\$ 574,9 milhões, equivalentes a 66,0% da receita líquida, comparados aos R\$ 627,2 milhões (69,4% da receita líquida) registrados nos 9M11.

Comentário do Desempenho

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 3T12 foi de R\$ 101,0 milhões, um acréscimo de 9,2% em relação aos R\$ 92,5 milhões registrados no 3T11. No trimestre, este lucro representa 33,1% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 30,5%.

Nos 9M12, o lucro bruto foi de R\$ 295,7 milhões, equivalentes a 34,0% da receita líquida, um acréscimo de 6,7% quando comparados aos R\$ 277,1 milhões (30,6% da receita líquida) registrados nos 9M11.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 3T12 totalizaram R\$ 87,1 milhões, correspondentes a 28,5% da receita líquida do mesmo período, 5,6% acima dos R\$ 82,5 milhões registrados no 3T11 (27,2% da receita líquida).

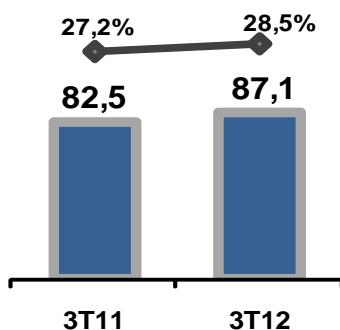
Nos 9M12, as despesas operacionais totalizaram R\$ 259,6 milhões, correspondentes a 29,8% da receita líquida do mesmo período, 3,4% acima dos R\$ 251,0 milhões registrados nos 9M11 (27,8% da receita líquida).

As despesas gerais e administrativas são impactadas por despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Comentário do Desempenho

Despesas Operacionais	3T12	3T11	3T12 X 3T11 (%)	9M12	9M11	9M12 X 9M11 (%)
Vendas	(56,9)	(54,2)	5,0%	(164,5)	(161,5)	1,9%
Gerais e Administrativas	(25,4)	(22,5)	12,9%	(77,3)	(69,2)	11,7%
Honorários da Administração	(1,6)	(1,8)	-11,1%	(5,0)	(5,0)	0,0%
Depreciação/Amortização	(3,4)	(3,0)	13,3%	(10,0)	(9,4)	6,4%
Outras Despesas/ Receitas	0,2	(1,0)	-120,0%	(2,8)	(5,9)	-52,5%
Total	(87,1)	(82,5)	5,6%	(259,6)	(251,0)	3,4%

Despesas Operacionais e % RL (em R\$ milhões e em %)



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	3T12	3T11	3T12 X 3T11 (%)	9M12	9M11	9M12 X 9M11 (%)
Receitas Financeiras	2,6	7,9	-67,1%	14,3	12,0	19,2%
Despesas Financeiras	(5,0)	(12,7)	-60,6%	(24,8)	(24,4)	1,6%
Total	(2,4)	(4,8)	-50,0%	(10,5)	(12,4)	-15,3%

No 3T12, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 2,4 milhões de despesas, comparado com R\$ 4,85 milhões no 3T11. O resultado líquido financeiro nos 9M12 foi 15,3% inferior aos 9M11. Houve impacto da variação cambial na parcela do empréstimo do BNDES indexada a cesta de moedas e marcação a mercado das duas operações de empréstimos em moeda estrangeira com swap para reais.

Comentário do Desempenho

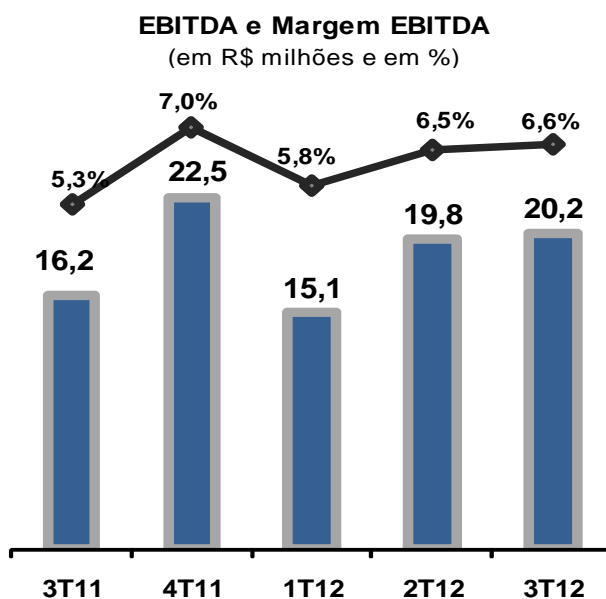
RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados anteriormente, a Companhia encerra o 3T12 com lucro operacional de R\$ 12,0 milhões, comparado com o lucro de R\$ 5,8 milhões registrados no 3T11.

O lucro operacional dos 9M12 somou R\$ 26,8 milhões, 75,2% superior aos R\$ 15,3 milhões realizados nos 9M11.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 3T12 totalizou R\$ 20,2 milhões, que representou acréscimo de 24,7% em relação aos R\$ 16,2 milhões no mesmo período do ano passado.

O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 77,7 milhões (margem de 6,5% da receita líquida), acima dos R\$ 52,8 milhões (4,4% da receita líquida) no mesmo período do ano anterior.



Reconciliação do EBITDA Controladora	3T12	3T11
Lucro antes do IR e CS - LAIR	12,0	5,8
Depreciação/ Amortização Custos	2,9	3,0
Depreciação/ Amortização Despesas	3,4	3,1
Resultado Financeiro	2,4	4,8
Equivalência	(0,5)	(0,5)
EBITDA	20,2	16,2

Comentário do Desempenho

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 3T12 foi de R\$ 9,7 milhões, com margem líquida de 3,2%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 7,0 milhões, com margem líquida de 2,3%.

O lucro líquido nos 9M12 fechou em R\$ 21,4 milhões, que representa um aumento de 25,9% quando comparado com R\$ 17,0 milhões do 9M 11.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	3T12	3T11	3T12 X 3T11 (%)	2T12	3T12 X 2T12 (%)
Curto Prazo	49,2	56,2	-12,5%	56,9	-13,5%
Empréstimos e Financiamentos	49,2	56,2	-12,5%	56,9	-13,5%
Debêntures	-	-	-	-	-
Longo Prazo	96,5	98,5	-2,0%	105,3	-8,4%
Empréstimos e Financiamentos	96,5	98,5	-2,0%	105,3	-8,4%
Total Endividamento	145,7	154,7	-5,8%	162,2	-10,2%
(-) Caixa	(55,9)	(66,5)	-15,9%	(90,3)	-38,1%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(10,8)	(4,8)	-	(10,3)	4,9%
Dívida Líquida	79,0	83,4	-5,3%	61,6	28,2%

Indicadores Financeiros	3T12	3T11	3T12 X 3T11 (%)	2T12	3T12 X 2T12 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,02	1,58	-35,4%	0,84	21,4%
Dívida Líquida/ PL	0,23	0,27	-14,8%	0,18	27,8%
Endividamento/ Ativo Total	0,22	0,24	-8,3%	0,24	-8,3%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no terceiro trimestre foi 5,3% menor que no terceiro trimestre de 2011. O total da dívida não circulante representava 66,2% do total em setembro de 2012, comparado com 63,7% em setembro de 2011.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

INVESTIMENTOS

No 3T12, o total de investimentos da J.Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 7,8 milhões, uma redução de 21,2% em relação aos R\$ 9,9 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, investimos R\$ 18,4 milhões, representando um acréscimo de 7,6% em relação aos R\$ 17,1 milhões dos 9M11.

Comentário do Desempenho

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controlada e controlada em conjunto: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Informações Trimestrais.

Alianças e Parcerias

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos seus acionistas, ao mercado e à sociedade que, em comum acordo com a BUNGE ALIMENTOS S.A., resolveu extinguir, em 01 de março de 2013, o Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que formalizam o acordo de industrialização recíproca que as partes firmaram em 30 de janeiro de 2004, e aditaram em 03 de julho de 2006. Até 01 de março de 2013 as partes seguirão em parceria observando-se todos os contratos então em vigor.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos tem um papel importante no resultado da Companhia, buscando garantir o engajamento dos funcionários e melhorar a comunicação interna.

O processo de Avaliação de Desempenho, que inclui avaliação de competências e checagem de resultados parciais de metas ocorreu durante este trimestre. Este processo usa o diálogo entre gestor e funcionário para garantir que todos saibam onde estão em termos de resultados e o que precisam fazer para atingir os objetivos estratégicos acordados no início do ano.

Perspectivas

A Administração segue seu processo de transformação iniciado em 2011, com consistência na sua trajetória estratégica. Mantém foco contínuo na rentabilização de suas categorias, nos movimentos de mercado e no seu processo de profissionalização. Seguirá construindo uma posição competitiva no mercado, através do baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal, combinada com a maior eficiência na logística e na produção, são os pilares para o aumento da rentabilidade da Companhia.

Comentário do Desempenho

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

1 Informações sobre a Companhia e controlada e controlada em conjunto

a. Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas vendidas, principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões nordeste, sudeste e sul, e centros de distribuição por todo o Brasil, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, sua controlada e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

b. Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, com prazo indeterminado, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

Em 6 de junho de 2012, a Companhia divulgou Fato Relevante, no qual comunicou a extinção do Contrato de Industrialização por Encomenda e demais decorrentes que formalizam o acordo de industrialização recíproca. Até 1º de março de 2013 as partes seguirão em parceria observando o contrato, acima citado, então em vigor.

c. Desativação de unidade

Por decisões estratégicas da Companhia, em 7 de maio de 2012, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada no Município de Cabedelo, PB. O volume de produção realizado por esta unidade foi transferido para as unidades da Companhia situadas em Maceió, AL e Salvador, BA e industrialização por encomenda. Esta transação resultou em despesas de desativação não significativas.

A Companhia não reclassificou os bens do ativo imobilizado, terrenos e edificações, para ativo não circulante disponível para venda, por não atender integralmente as premissas do CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

2 Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

As presentes informações trimestrais incluem:

- As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controlada e controlada em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações trimestrais.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2012 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 7 de novembro de 2012.

2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais do Grupo em 30 de setembro de 2012 e de 2011, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		30/09/12	30/09/11
Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,33	33,33
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,90	99,90

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Tergran (sociedade de capital fechado) - investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como controle em conjunto. A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito, em 2006, por bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

A controlada em conjunto Tergran é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente. As informações trimestrais das controlada e controlada em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detidas pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

2.2 Investimentos

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de sua controlada e controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada e controlada em conjunto. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controlada e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a controlada e controlada em conjunto, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida na controlada e controlada em conjunto.

As informações trimestrais da controlada e controlada em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a controlada e controlada em conjunto, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais e reconhecidos no resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controlada e controlada em conjunto, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no resultado para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controlada e controlada em conjunto, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Quando o Grupo recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas informações trimestrais ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) passivos financeiros não derivativos.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, modalidade “swap”, demonstradas na Nota 26.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo são instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e recebíveis que compreendem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e mútuo com outras partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Grupo são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a outras partes relacionadas.

a. *Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.

b. *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, excluídos os investimentos e outros tipos de aplicações. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

c. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis.

d. *Passivos financeiros não derivativos*

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada, ou paga.

e. *Capital social*

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

- O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

O Grupo optou por reavaliar os terrenos, edificações/ instalações, máquinas e equipamentos, pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.11 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecido na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.12 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Na data de cada informação trimestral, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

b. Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Administração da Companhia provisionou a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

2.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.16 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, massas, mistura para bolo, biscoitos, sobremesas e fermento. Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.17 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.18 Demonstração do resultado abrangente

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre este conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

2.19 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de setembro de 2012

Novos pronunciamentos, emendas aos pronunciamentos e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, e não foram aplicados na preparação destas informações trimestrais.

A Companhia está em processo de análise dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos e interpretações, para avaliar seus impactos nas informações trimestrais

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 a serem apresentadas comparativamente às informações trimestrais relativas ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, bem como sobre os próximos exercícios.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRSs, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

3 Reclassificações

3.1 Imobilizado

Conforme demonstrado na nota 13, o Grupo reclassificou o saldo de benfeitorias em bens de terceiros para o grupo de edificações visando adequar a apresentação do ativo imobilizado de acordo com sua natureza. O resultado da reclassificação não teve efeitos no patrimônio e no resultado da Companhia.

Reconciliação da nota explicativa

	31/12/11					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Terrenos	11.490	-	11.490	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	76.491	8.412	84.903	77.700	8.412	86.112
Benfeitorias em bens de terceiros	8.412	(8.412)	-	8.412	(8.412)	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.448	-	98.448	98.872	-	98.872
Instalações	6.846	-	6.846	6.849	-	6.849
Móveis e utensílios	3.586	-	3.586	3.595	-	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.121	-	2.121	2.118	-	2.118
Veículos	5.046	-	5.046	5.046	-	5.046
Outros	2.722	-	2.722	2.722	-	2.722
Imobilizado em andamento	1.364	-	1.364	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	574	-	574	574	-	574
total	217.100	-	217.100	228.270	-	228.270

3.2 Demonstração do valor adicionado

O Grupo reclassificou valores contidos no custo dos produtos vendidos (CPV), com a finalidade de adequá-los à sua natureza, conforme determina o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O resultado da reclassificação não teve efeitos no patrimônio e no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Reconciliação do demonstrativo

	30/09/11					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
1 - Receitas	1.018.410	-	1.018.410	1.019.583	-	1.019.583
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(752.275)	48.324	(703.951)	(752.103)	48.323	(703.780)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	266.135	48.324	314.459	267.480	48.323	315.803
4 - Depreciação, amortização e exaustão	(9.431)	(8.156)	(17.587)	(9.567)	(8.156)	(17.723)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	256.704	40.168	296.872	257.913	40.167	298.080
6 - Valor recebido em transferência	13.232	-	13.232	11.986	-	11.986
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	269.936	40.168	310.104	269.899	40.167	310.066
8 - Distribuição do valor adicionado	269.936	40.168	310.104	269.899	40.167	310.066
8.1) Pessoal	86.560	31.916	118.476	86.629	31.916	118.545
8.2) Impostos, taxas e contribuições	130.559	6.648	137.207	131.497	6.646	138.143
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	35.789	1.604	37.393	34.719	1.605	36.324
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	17.028	-	17.028	17.054	-	17.054

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Bancos conta movimento	3.976	3.709	4.002	3.898
Aplicações financeiras:				
Circulante:				
CDB - Certificado de depósito bancário	48.290	82.482	48.730	82.787
	<u>52.266</u>	<u>86.191</u>	<u>52.732</u>	<u>86.685</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos fundos de renda fixa financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata.

Para elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa, o Grupo considera como caixa e equivalentes a caixa, saldo de depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação.

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Não circulante:				
Fundos de renda fixa	3.625	3.421	3.625	3.421
CDB - Certificado de depósito bancário	-	738	-	738
	<u>3.625</u>	<u>4.159</u>	<u>3.625</u>	<u>4.159</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos fundos de renda fixa financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário.

6 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Cientes no país	115.005	93.603	115.162	93.611
Desconto de verbas contratuais	(7.336)	(6.747)	(7.336)	(6.747)
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(1.580)</u>	<u>(887)</u>	<u>(1.580)</u>	<u>(887)</u>
	<u>106.089</u>	<u>85.969</u>	<u>106.246</u>	<u>85.977</u>

O desconto de verbas contratuais de clientes será deduzido dos respectivos valores das faturas em aberto.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Prazo:				
A vencer	109.700	90.505	109.857	90.513
1 a 30 dias	3.195	1.767	3.195	1.767
31 a 60 dias	127	220	127	220
61 a 90 dias	296	179	296	179
91 a 120 dias	197	53	197	53
121 a 150 dias	130	138	130	138
151 a 180 dias	42	82	42	82
Vencidos há mais de 180 dias	<u>1.318</u>	<u>659</u>	<u>1.318</u>	<u>659</u>
	<u>115.005</u>	<u>93.603</u>	<u>115.162</u>	<u>93.611</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para o período/ exercício findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está assim representada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Saldo inicial	(887)	(911)	(887)	(911)
Constituição de provisão	(864)	(748)	(864)	(748)
Reversões e baixas	<u>171</u>	<u>772</u>	<u>171</u>	<u>772</u>
Saldo final	<u>(1.580)</u>	<u>(887)</u>	<u>(1.580)</u>	<u>(887)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

7 Partes relacionadas

As informações trimestrais incluem as informações financeiras do Grupo, relacionadas na Nota 2.1.

Companhias	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Ativo não circulante - Contratos mútuos J. Macêdo Alimentos S.A.	2.520	3.903	2.520	3.903
	<u>2.520</u>	<u>3.903</u>	<u>2.520</u>	<u>3.903</u>
Passivo circulante - Contratos mútuos Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	4.852	4.665	-	-
	<u>4.852</u>	<u>4.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo Alimentos S.A.
- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Vide Nota 2.1)

Outras partes relacionadas

A empresa CIPOLIN S.A., com sede no Uruguai, faz o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Notas 1 e 2.1.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas, com efeito no resultado, com as partes relacionadas no período em questão:

Companhias	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Cipolin S.A. (1)	34.294	56.580	34.294	56.580
Pico da Caledônia	480	484	-	-
Tergran	261	686	-	-
	<u>35.035</u>	<u>57.750</u>	<u>34.294</u>	<u>56.580</u>

- (1) Importação de trigo fundamentalmente da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação.

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, conforme Nota 13, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No período findo em 30 de setembro de 2012, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 4.986 (No período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 5.048). A provisão para participação nos resultados segue demonstrada na Nota 25.

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária para a J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, a qual foi baixada em julho de 2012.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 15,86% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados na nota 16.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Produtos acabados	35.107	33.203	35.107	33.203
Matéria prima	47.750	30.955	47.750	30.955
Materiais de produção	11.517	16.474	11.517	16.474
Materiais de manutenção e outros	5.369	5.186	5.392	5.209
Produtos em processo	2.326	1.429	2.326	1.429
Importações em andamento	10.292	1.704	10.292	1.704
Adiantamentos a fornecedores (a)	<u>2.702</u>	<u>2.944</u>	<u>2.702</u>	<u>2.944</u>
	<u>115.063</u>	<u>91.895</u>	<u>115.086</u>	<u>91.918</u>

- (a) Substancialmente representados por adiantamentos a fornecedores de trigo que são liquidados em média em 30 dias.

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de matéria prima e produtos acabados. Segue abaixo a movimentação para o período/ exercício findo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Saldo inicial	(791)	(851)	(791)	(851)
Adições	(3.520)	(6.987)	(3.520)	(6.987)
Reversões e baixas	<u>3.475</u>	<u>7.047</u>	<u>3.475</u>	<u>7.047</u>
Saldo final	<u>(836)</u>	<u>(791)</u>	<u>(836)</u>	<u>(791)</u>

9 Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	30/09/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	19.651	5.694	25.345	15.402	6.645	22.047
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.310	1.582	2.892	2.181	1.272	3.453
Imposto de renda a compensar	3.123	-	3.123	2.467	-	2.467
PIS e COFINS a compensar	15.052	323	15.375	9.200	1.857	11.057
Outros impostos e contribuições	<u>1.165</u>	<u>-</u>	<u>1.165</u>	<u>521</u>	<u>-</u>	<u>521</u>
	<u>40.301</u>	<u>7.599</u>	<u>47.900</u>	<u>29.771</u>	<u>9.774</u>	<u>39.545</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	Consolidado					
	30/09/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	19.651	5.694	25.345	15.402	6.645	22.047
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.310	1.582	2.892	2.181	1.272	3.453
Imposto de renda a compensar	3.157	-	3.157	2.497	-	2.497
PIS e COFINS a compensar	15.052	323	15.375	9.200	1.857	11.057
Outros impostos e contribuições	1.165	-	1.165	521	-	521
	<u>40.335</u>	<u>7.599</u>	<u>47.934</u>	<u>29.801</u>	<u>9.774</u>	<u>39.575</u>

10 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	20.588	21.307	20.588	21.307
Diferenças temporárias:				
Provisão para perda ao valor recuperável	439	247	439	247
Provisão para perdas com estoques	232	220	232	220
Provisão para contingências	2.168	2.979	2.168	2.979
Programa de participação no resultado	1.175	1.252	1.175	1.252
Perda operação "swap"	1.970	232	1.970	232
Outras provisões	986	1.413	986	1.413
Total diferido ativo	<u>27.558</u>	<u>27.650</u>	<u>27.558</u>	<u>27.650</u>
Ágio Chiarini	(1.097)	(830)	(1.097)	(830)
Ganho operação "swap"	(4.960)	(1.798)	(4.960)	(1.798)
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.075)	(10.274)	(12.516)	(12.715)
Valor justo propriedades para investimentos	(2.040)	(2.040)	(2.040)	(2.040)
Total diferido passivo	<u>(18.172)</u>	<u>(14.942)</u>	<u>(20.613)</u>	<u>(17.383)</u>
Total dos impostos diferidos líquidos	<u>9.386</u>	<u>12.708</u>	<u>6.945</u>	<u>10.267</u>

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Saldo inicial	12.708	13.085	10.267	10.644
Constituição/ realização	(1.111)	3.012	(1.111)	3.243
Compensação lucro real	(719)	(440)	(719)	(440)
Perda operação "swap"	1.738	231	1.738	-

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Compensações/ Reversão Refis IV (Nota 17)	-	675	-	675
Total movimentação diferido ativo	<u>12.616</u>	<u>16.563</u>	<u>10.175</u>	<u>14.122</u>
Realização de ajuste avaliação patrimonial	199	813	199	813
Ganho operação "swap"	(3.164)	(1.798)	(3.164)	(1.798)
Ágio Chiarini	(267)	(830)	(267)	(830)
Valor justo propriedades para investimentos	-	(2.040)	-	(2.040)
Total movimentação diferido passivo	<u>(3.232)</u>	<u>(3.855)</u>	<u>(3.232)</u>	<u>(3.855)</u>
	<u>9.384</u>	<u>12.708</u>	<u>6.943</u>	<u>10.267</u>

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia o imposto de renda e a contribuição social diferidos, serão realizados nos seguintes prazos:

	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
2012	2.122	2.214
2013	3.268	3.268
A partir de 2014 até 2016	<u>22.168</u>	<u>22.168</u>
	<u>27.558</u>	<u>27.650</u>

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>30/09/11</u>
Corrente				
Imposto de renda	(1.475)	(161)	(1.631)	(466)
Contribuição social	<u>(528)</u>	<u>(15)</u>	<u>(591)</u>	<u>(135)</u>
	<u>(2.003)</u>	<u>(176)</u>	<u>(2.222)</u>	<u>(601)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	(2.137)	1.277	(2.137)	1.277
Contribuição social	<u>(1.186)</u>	<u>627</u>	<u>(1.186)</u>	<u>627</u>
	<u>(3.323)</u>	<u>1.904</u>	<u>(3.323)</u>	<u>1.904</u>
	<u>(5.326)</u>	<u>1.728</u>	<u>(5.545)</u>	<u>1.303</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

11 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Participações em empresas controlada e controlada em conjunto	27.493	27.781	-	-
Ágio (Nota 14)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>33.956</u>	<u>34.244</u>	<u>64</u>	<u>64</u>
	<u>30/09/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	Tergran	Pico da Caledônia	Tergran	Pico da Caledônia
Informações sobre as investidas:				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	2.193.000	999
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	33,33%	99,90%
Ativo circulante	5.470	455	5.420	446
Ativo não circulante	5.038	26.439	5.109	26.514
Total de ativos	<u>10.508</u>	<u>26.894</u>	<u>10.529</u>	<u>26.960</u>
Passivo circulante	1.130	62	524	50
Passivo não circulante	-	2.441	-	2.441
Total de passivos	<u>1.130</u>	<u>2.503</u>	<u>524</u>	<u>2.491</u>
Capital social	9.204	18.389	9.204	18.389
Patrimônio líquido	9.378	24.391	10.005	24.469
Lucro líquido do período/ exercício	149	1.197	775	1.342
	<u>30/09/12</u>		<u>31/12/11</u>	
Movimentação dos investimentos	Tergran	Pico da Caledônia	Total	Total
Saldo inicial	3.335	24.446	27.781	28.045
Distribuição de lucros	(259)	(1.275)	(1.534)	(1.861)
Equivalência patrimonial	50	1.196	1.246	1.600
Outros	-	-	-	(3)
Saldo final	<u>3.126</u>	<u>24.367</u>	<u>27.493</u>	<u>27.781</u>

12 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada. O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo reconheceu no resultado R\$ 6.000, decorrente da variação no valor justo dos referidos imóveis.

13 Imobilizado**a. Controladora****a.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação - %	30/09/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	9.980	-	9.980	11.490	-	11.490
Edificações e outros imóveis	3,6	156.529	(70.977)	85.552	154.937	(70.034)	84.903
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	192.608	(91.168)	101.440	181.039	(82.591)	98.448
Instalações	8	11.080	(3.931)	7.149	10.246	(3.400)	6.846
Móveis e utensílios	15	7.567	(5.074)	2.493	9.855	(6.269)	3.586
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	7.110	(5.298)	1.812	6.801	(4.680)	2.121
Veículos	19,6	5.457	(808)	4.649	5.289	(243)	5.046
Outros	14	4.807	(2.025)	2.782	3.709	(987)	2.722
			(179.281)	215.85		(168.204)	215.16
		395.138)	7	383.366)	2
Imobilizado em andamento	-	3.221	-	3.221	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	-	1.113	-	1.113	574	-	574
			(179.281)	220.19		(168.204)	217.10
		399.472)	1	385.304)	0

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/09/12
Terrenos	11.490	-	-	(1.510)	-	9.980
Edificações e outros imóveis	84.903	2.334	-	1.217	(2.902)	85.552
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.448	9.105	(529)	1.991	(7.575)	101.440
Instalações	6.846	689	-	322	(708)	7.149
Móveis e utensílios	3.586	255	(5)	(1.062)	(281)	2.493
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.121	303	-	6	(618)	1.812
Veículos	5.046	169	-	(1)	(565)	4.649
Outros	2.722	418	(538)	818	(638)	2.782
Imobilizado em andamento	1.364	4.000	-	(2.143)	-	3.221
Adiantamento a fornecedores	574	1.088	(588)	39	-	1.113
	217.100	18.361	(1.660)	(323)	(13.287)	220.191

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

b. Consolidado

b.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação - %	30/09/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	19.508	-	19.508	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	3,6	159.263	(72.575)	86.688	157.697	(71.585)	86.112
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	194.984	(93.073)	101.911	183.308	(84.436)	98.872
Instalações	8	11.375	(4.225)	7.150	10.542	(3.693)	6.849
Móveis e utensílios	15	7.604	(5.099)	2.505	9.887	(6.292)	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	7.210	(5.399)	1.811	6.801	(4.683)	2.118
Veículos	19,6	5.457	(808)	4.649	5.289	(243)	5.046
Outros	14	4.807	(2.025)	2.782	3.709	(987)	2.722
		<u>410.208</u>	<u>(183.204)</u>	<u>227.004</u>	<u>398.251</u>	<u>(171.919)</u>	<u>226.332</u>
Imobilizado em andamento		3.221	-	3.221	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores		1.113	-	1.113	574	-	574
		<u>414.542</u>	<u>(183.204)</u>	<u>231.338</u>	<u>400.189</u>	<u>(171.919)</u>	<u>228.270</u>

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/09/12
Terrenos	21.018	-	-	(1.510)	-	19.508
Edificações e outros imóveis	86.112	2.334	-	1.217	(2.975)	86.688
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.872	9.211	(529)	1.991	(7.634)	101.911
Instalações	6.849	689	-	322	(710)	7.150
Móveis e utensílios	3.595	260	(5)	(1.062)	(283)	2.505
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.118	305	-	6	(618)	1.811
Veículos	5.046	169	-	(1)	(565)	4.649
Outros	2.722	418	(538)	818	(638)	2.782
Imobilizado em andamento	1.364	4.000	-	(2.143)	-	3.221
Adiantamento a fornecedores	574	1.088	(588)	39	-	1.113
	<u>228.270</u>	<u>18.474</u>	<u>(1.660)</u>	<u>(323)</u>	<u>(13.423)</u>	<u>231.338</u>

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

Ativos concedidos em garantias

Parte do ativo imobilizado foi cedido para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 16, e para contingências na Nota 19.

c. Arrendamentos mercantis financeiros

O Grupo possui contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros.

O Grupo estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos alugueis.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

c.1 Ativo imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”)

Tipo	Prazo do contrato (anos)	30/09/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido(*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido(*)
Estabelecimentos industriais:							
Custo original	21 e 22	45.510	(35.059)	10.451	45.310	(34.572)	10.738
Complemento:							
Custo atribuído	-	19.191	(2.600)	16.591	19.191	(2.080)	17.111
		<u>64.701</u>	<u>(37.659)</u>	<u>27.042</u>	<u>64.501</u>	<u>(36.652)</u>	<u>27.849</u>

(*) Valor presente dos alugueis mínimos

c.2 Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos alugueis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

30/09/12			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até um ano	1.783	(1.438)	345
Mais de um ano e até cinco anos	8.915	(6.681)	2.234
Mais de cinco anos	<u>17.723</u>	<u>(7.860)</u>	<u>9.863</u>
	<u>28.421</u>	<u>(15.979)</u>	<u>12.442</u>
31/12/11			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até um ano	1.783	(1.457)	326
Mais de um ano e até cinco anos	8.915	(6.820)	2.095
Mais de cinco anos	<u>19.061</u>	<u>(8.797)</u>	<u>10.264</u>
	<u>29.759</u>	<u>(17.074)</u>	<u>12.685</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

c.3 Contas de resultado

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia registrou no resultado, R\$ 487 (período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 487) de despesas de depreciação, R\$ 1.095 (período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 1.113) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 1.337 (período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 1.337).

d. Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
Até um ano	7.274
Mais de um ano e até cinco anos	3.992
Mais de cinco anos	-
	<u>11.266</u>

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 8.578 (período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 5.237).

14 Intangível

	Controladora	Consolidado		
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2011	37.868	6.399	37.868	44.267
Adições	1.293	-	1.293	1.293
Transferências	323	-	323	323
Em 30 de setembro de 2012	<u>39.484</u>	<u>6.399</u>	<u>39.484</u>	<u>45.883</u>
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2011	(22.023)	-	(22.024)	(22.024)
Amortização	(5.362)	-	(5.362)	(5.362)
Em 30 de setembro de 2012	<u>(27.386)</u>	<u>-</u>	<u>(27.386)</u>	<u>(27.386)</u>
Valor contábil líquido:				
Em 30 de setembro de 2012	12.098	6.399	12.098	18.497
Em 31 de dezembro de 2011	15.845	6.399	15.844	22.243

(b) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e, como resultado dessa análise, a Administração não

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

identificou perda por redução ao valor recuperável.

- (c) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

15 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Nacionais	35.766	40.876	35.789	40.777
Estrangeiros	<u>7.961</u>	<u>278</u>	<u>7.961</u>	<u>278</u>
	<u>43.727</u>	<u>41.154</u>	<u>43.750</u>	<u>41.055</u>

Refere-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 a 60 dias.

16 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Modalidade	Indexador	Taxas de juros	30/09/12	31/12/11
		(a.a.)		
Moeda nacional				
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	-	17.577
FINAME (2)	Pré-fixado e TJLP	5,5%	855	1.662
	Pré-fixado, TJLP			
FINEM BNDES (2)	e moedas	2,45% a 4,5%	67.017	76.149
Crédito Rural	Pré-fixado	6,75%	19.655	4.769
Moeda estrangeira – US\$				
Empréstimos em Moeda				
Estrangeira(1) e (3)	Pré-fixado	3,33%	<u>58.163</u>	<u>56.762</u>
			<u>145.690</u>	<u>156.919</u>
Circulante			<u>(49.227)</u>	<u>(41.417)</u>
Não circulante			<u>96.463</u>	<u>115.502</u>

- (1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme Nota 26.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	30/09/12	31/12/11
2013	32.665	42.831
2014	32.342	31.002
2015	10.775	10.679
2016	9.447	9.352
A partir de 2017	<u>11.234</u>	<u>21.638</u>
	<u>96.463</u>	<u>115.502</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais foram adequadamente cumpridos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

17 Tributos a recolher

	Controladora					
	30/09/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	16.418	-	16.418	10.712	-	10.712
PIS e COFINS	3	-	3	31	-	31
IRPJ e CSLL	1.795	-	1.795	128	-	128
Parcelamento ICMS a recolher	227	-	227	921	-	921
Diferimento ICMS (PROVIN)	1.901	2.402	4.303	2.241	2.284	4.525
REFIS IV (a)	1.845	5.962	7.807	1.680	6.362	8.042
INSS retido	410	-	410	399	-	399
ISS retido	105	-	105	213	-	213
Outros	270	-	270	-	-	-
Total	<u>22.974</u>	<u>8.364</u>	<u>31.338</u>	<u>16.325</u>	<u>8.646</u>	<u>24.971</u>
	Consolidado					
	30/09/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	16.418	-	16.418	10.712	-	10.712
PIS e COFINS	3	-	3	46	-	46
IRPJ e CSLL	1.860	-	1.860	169	-	169
Parcelamento ICMS a recolher	227	-	227	921	-	921
Diferimento ICMS (PROVIN)	1.901	2.402	4.303	2.241	2.284	4.525
REFIS IV (a)	1.845	5.962	7.807	1.680	6.362	8.042
INSS retido	410	-	410	399	-	399
ISS retido	105	-	105	215	-	215
Outros	312	-	312	-	-	-
Total	<u>23.081</u>	<u>8.364</u>	<u>31.445</u>	<u>16.383</u>	<u>8.646</u>	<u>25.029</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

(a) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macêdo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$ 57.966, que, após a redução legal de R\$ 14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 20.621, resultou numa dívida líquida de R\$ 19.348.

O saldo atualizado da dívida em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 19.224 (em 30 de setembro de 2011: R\$ 19.439) que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.417, também atualizados até esta data, reduzindo esta obrigação para R\$ 7.807.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
2013	2.402	3.964
2014	1.845	1.680
A partir de 2015	4.117	3.002
	8.364	8.646

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	4.660	11.477	4.660	11.477
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	9.120	10.624	9.120	10.624
Contas a pagar por serviços prestados	7.255	5.630	7.255	5.630
Outros	3.128	2.969	3.174	2.969
	24.163	30.700	24.209	30.700
Circulante	(15.047)	(21.913)	(15.093)	(21.914)
Não circulante	9.116	8.787	9.116	8.786

- (a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento

	Controladora e Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
2013	1.842	1.728
2014	1.842	1.728
A partir de 2015	5.432	5.330
	<u>9.116</u>	<u>8.786</u>

19 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2012	5.389	4.187	1.135	10.711
Provisões	462	825	336	1.623
Reversão de provisões	-	(143)	(650)	(793)
Pagamentos/ Depósitos	(3.993)	(139)	-	(4.132)
Encargos financeiros	88	269	4	361
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>1.946</u>	<u>4.999</u>	<u>825</u>	<u>7.770</u>
Provisões	-	79	137	216
Reversão de provisões	-	(156)	(103)	(259)
Pagamentos/ Depósitos	-	(115)	-	(115)
Encargos financeiros	29	153	2	184
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>1.975</u>	<u>4.960</u>	<u>861</u>	<u>7.796</u>

(a) Tributárias

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 168.401(31 de dezembro de 2011: R\$ 162.270), que (i) R\$ 1.975 (31 de dezembro de 2011: R\$ 5.389) possuem chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; e (ii) R\$

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

129.423 (31 de dezembro de 2011: R\$ 114.175) possuem chance possível de perda em diversas ações.

Do total das contingências tributárias R\$ 70.826 (31 de dezembro de 2011: R\$ 77.112) é relativo a tributos federais; R\$ 95.353 (31 de dezembro de 2011: R\$ 83.049) é relativo a impostos estaduais e R\$ 662 (31 de dezembro de 2011: R\$ 2.109) é relativo a tributos municipais. As provisões que possuem bens como garantia, não possuem valor relevante.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 30 de setembro de 2012, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 26.385 (31 de dezembro de 2011: R\$ 24.521). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 4.960 (31 de dezembro de 2011: R\$ 4.187) possuem chance provável de perda; e (ii) R\$ 16.316 (31 de dezembro de 2011: R\$ 15.154) possuem chance possível de perda.

Em 30 de setembro de 2012, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 4.829 (31 de dezembro de 2011: R\$ 3.904). As provisões que possuem bens como garantia, não possuem valor relevante.

(c) Cíveis e administrativas

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 8.364 (31 de dezembro de 2011: R\$ 8.447). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 861 (31 de dezembro de 2011: R\$ 1.135) possuem chance de perda provável; e (ii) R\$ 6.889 (31 de dezembro de 2011: R\$ 6.503) possuem chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

20 Subvenções governamentais (Controladora)

a. ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5%, por 05 (cinco) anos, desde o ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

apuração. No período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011, a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração.

b. Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela diferida, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

No período findo em 30 de setembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 6.230 (No período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 8.472).

c. Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilatação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

No período findo em 30 de setembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 6.111 (No período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 9.407).

d. Estado de Alagoas

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas ("PRODESIN"), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os Incentivos Governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

No período findo em 30 de setembro de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 497 (No período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 967).

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

e. Estado da Paraíba

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (“FAIN”).

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB. O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial.

No período findo em 30 de setembro de 2012, este incentivo totalizou R\$ 215 (No período findo em 30 de setembro de 2011: R\$ 567).

21 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	30/09/12	31/12/11
Capital social - Em Reais mil	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe “B”, foram subscritas com recursos do “Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR”, e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe “B” farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b. Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c. Reserva de capital - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais, é registrado na conta de Reserva de lucros.

d. Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 2.6.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizado na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Pico da Caledônia.

f. Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

22 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Receita bruta de vendas	967.163	1.037.798	968.725	1.038.952
Impostos, descontos e abatimentos	(96.615)	(133.533)	(97.050)	(134.042)
	<u>870.548</u>	<u>904.265</u>	<u>871.675</u>	<u>904.910</u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

23 Outras despesas, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Venda de ativos	788	353	788	353
Custos dos estoques reconhecidos como despesa	(661)	(1.371)	(661)	(1.371)
Contingências líquidas (Nota 19)	(572)	(1.022)	(572)	(1.022)
Provisão para redução ao valor recuperável	(692)	(123)	(692)	(123)
Resultado de operações descontinuadas	(453)	-	(453)	-
Outras despesas	<u>(1.178)</u>	<u>(3.344)</u>	<u>(1.178)</u>	<u>(3.332)</u>
Total de outras despesas, líquidas	<u>(2.768)</u>	<u>(5.507)</u>	<u>(2.768)</u>	<u>(5.495)</u>

24 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Despesas de juros	(13.206)	(14.131)	(12.136)	(13.044)
Despesa de juros swap	(3.271)	(211)	(3.271)	(211)
Variações monetárias e cambiais passivas	(2.314)	(2.049)	(2.314)	(2.049)
Variação cambial swap	(4.404)	(5.296)	(4.404)	(5.296)
Outras despesas financeiras	(171)	(596)	(171)	(596)
Descontos concedidos	(207)	(810)	(207)	(810)
Tarifas bancárias	(1.025)	(1.126)	(1.025)	(1.126)
IOF	<u>(245)</u>	<u>(192)</u>	<u>(245)</u>	<u>(192)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(24.843)</u>	<u>(24.411)</u>	<u>(23.773)</u>	<u>(23.324)</u>
Receitas de juros	4.565	5.336	4.582	5.576
Receita de juros swap	3.271	211	3.271	-
Descontos obtidos	836	359	836	359
Variações monetárias e cambiais ativas	559	1.049	559	1.049
Variação cambial ativa swap	4.404	4.777	4.404	4.777
Outras receitas financeiras	<u>664</u>	<u>225</u>	<u>664</u>	<u>225</u>
Total das receitas financeiras	<u>14.299</u>	<u>11.957</u>	<u>14.316</u>	<u>11.986</u>
Resultado financeiro	<u>(10.544)</u>	<u>(12.454)</u>	<u>(9.457)</u>	<u>(11.338)</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

25 Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Ordenados e salários	(43.043)	(38.761)	(43.204)	(39.162)
Custos de previdência social	(18.422)	(16.544)	(18.476)	(16.600)
Participação nos resultados	(5.428)	(3.346)	(5.428)	(3.346)
Total	<u>(66.893)</u>	<u>(58.651)</u>	<u>(67.108)</u>	<u>(59.108)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

26 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a. Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Os valores justos das aplicações financeiras e os financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros por categoria da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	51.915	86.641	51.915	86.946
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	106.089	85.969	106.089	85.969
Caixa e equivalentes de caixa	3.976	3.709	3.976	3.898
Ativos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	<u>10.820</u>	<u>5.631</u>	<u>10.820</u>	<u>5.631</u>
	<u>172.800</u>	<u>181.950</u>	<u>172.800</u>	<u>182.444</u>
Passivos financeiros				
Contas a pagar a fornecedores	43.727	41.154	43.727	41.154
Empréstimos e financiamentos	145.690	156.919	145.690	156.919
Arrendamento mercantil	<u>12.442</u>	<u>12.685</u>	<u>12.442</u>	<u>12.685</u>
	<u>201.859</u>	<u>210.758</u>	<u>201.859</u>	<u>210.758</u>

b. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. O Grupo possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e caixa e equivalente a caixa que resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê de Finanças que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para o Grupo. O Comitê de Finanças fornece garantia à alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 30 de setembro de 2012 e 2011.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 30 de setembro de 2012 e 2011.

c. **Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro**

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política do Grupo é manter até 50% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação - Reais
30/09/12	+25	2.160
	+50	4.321
	-25	(2.160)
	-50	(4.321)
 30/09/11		
	+25	2.199
	+50	4.398
	-25	(2.199)
	-50	(4.398)

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda sua funcional).

Para os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré fixada de 1,81%.

30 de setembro de 2012	Faixas de vencimento	Valor	Valor justo	Resultado no período
		Contratado (Reais)		
Risco de taxa de câmbio				
Contratos a termo:				
	De 26/10/2011 a			
Contrato de swap Citibank	11/07/2014	30.371	7.909	458
	De 05/12/2011 a			
Contrato de swap Itaú	05/12/2013	20.000	<u>2.911</u>	<u>249</u>
	Total		<u>10.820</u>	<u>707</u>
	Circulante		<u>2.982</u>	
	Não circulante		<u>7.838</u>	
		Controladora	Consolidado	
		<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>
		<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)		58.163	56.764	58.163
Contrato de swap (b)		<u>(58.163)</u>	<u>(56.764)</u>	<u>(58.163)</u>
Déficit apurado (a-b)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A taxa de fechamento de câmbio em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 2,0306 (em 31 de dezembro de 2011: R\$ 1,8758). Em 30 de setembro de 2012, o Grupo encerrou o período sem exposição ao risco de taxa cambial. Desta forma, o Grupo não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados exigidos pela Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2011: quinze clientes) que deviam o Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 34% (31 de dezembro de 2011: 31%) de todos os recebíveis.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o valor registrado como demonstrado nesta Nota, com exceção das garantias financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado
Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais - ITR

A política do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

No período findo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

27 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	30/09/12	31/12/11
Modalidade:		
Danos elétricos	800	800
Vendaval	22.100	22.100
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	110.500	110.500
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	116.673	116.673

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Não fez parte do escopo de revisão dos auditores, a suficiência dessa cobertura.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
J.Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, J.Macêdo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 15 de março de 2012 e 8 de novembro de 2011, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

Fortaleza, 7 de novembro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC 1RS-048980/O-0 T-CE